

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	10. ABR. 1980	COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Francisco Sá Carneiro em entrevista ao "DN"

É incompatível ser primeiro-ministro e candidato à Presidência da República

• Não aceitaria continuar a exercer o cargo se o general Ramalho Eanes fosse reeleito

«Creio que politicamente seria errado candidatar-me à Presidência da República. Este Governo saiu da maioria eleita em 2 de Dezembro, e por isso fui escolhido para primeiro-ministro. Compete-me desempenhar o melhor possível esse cargo, e não desviar a minha actividade política para uma candidatura à Presidência da República. Não foi para isso que me elegeram» — declarou Francisco Sá Carneiro ao «Diário de Notícias», na primeira entrevista que concedeu a um órgão de Imprensa nacional, desde que exerce o cargo de primeiro-ministro.

Nesta entrevista exclusiva, solicitada ao primeiro-ministro pela Direcção do «DN» — com o propósito de questionar Sá Carneiro acerca da forma como reagiu o Executivo ao chamado «teste dos cem dias» (os cem dias que se completam hoje após a tomada de posse do VI

Governo) — foram, afinal, dominantes os temas relacionados com as próximas presidenciais, até porque, conforme sublinharia o nosso entrevistado, «as candidaturas já se definem, a campanha já começou, pelo menos para alguns».

Colocado perante a hipótese de «continuar a exercer o cargo de primeiro-ministro caso o general Eanes fosse reeleito», Francisco Sá Carneiro disse: «Se, nas futuras eleições, continuando a AD maioritária, fosse eleito o general Ramalho Eanes, isso significaria, a meu ver, que o eleitorado queria um compromisso entre ele e a AD. Como eu não o considero possível nem útil para o País, não seria a pessoa indicada para o tentar e com ele governar. A AD indicaria então outro primeiro-ministro. Mas não creio que aquela hipótese se verifique».



(Foto «DN» — Alvaro Tavares)

«Eu nunca sustentei que o candidato deva ter o consenso da hierarquia militar. Entendo mesmo que isso não é aconselhável»

Fundação Cuidar o Futuro



Table with newspaper content: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, PORTUGAL HOJE, CORREIO DA MANHÃ, DIA, COMERCIO DO PORTO, DIÁRIO POPULAR, DIÁRIO DE LISBOA, CAPITAL

Tenho privilegiado o exame dos "dossiers" mais do que a dispersão em audiências e viagens

(Cont. da página anterior)

para se não perder essa ligação, é útil. «DN» — A Aliança Democrática não irá ser acusada, a propósito dessa proposta de alargamento do círculo dos emigrantes...

FSC — Acusada pode ser. Aliás, já o foi. Logo na discussão do programa do Governo isso se verificou, embora seja totalmente infundado. Ai está um caso em que propostas foram apresentadas ao eleitorado...

A lei eleitoral passada foi aprovada pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista. A actual maioria discordou dessa lei eleitoral, mas acabou-a como cumpre. Compete à Oposição acatar, agora, a lei eleitoral que a maioria aprovou...

- O trabalho do Governo seria mais simples e mais eficaz se houvesse solidariedade política. E estou convencido de que assim acontecerá depois das próximas eleições legislativas e presidenciais. Vivemos uma crise política prolongada durante dois anos. Verificou-se que, quer a Assembleia da República e os partidos nela representados, quer o Presidente da República, foram incapazes de resolver a crise. Uma revisão profunda dos princípios e métodos da lei eleitoral só é possível após a revisão constitucional. Mostrámos que sabemos ser Governo, que sabemos ser maioria, que, ao contrário de outras forças que estiveram no Governo, não temos necessidade de ser oposição à Oposição. Uma política de conciliação permanente com o Partido Comunista Português e as forças a ele ligadas é uma política contrária ao interesse nacional. Pela primeira vez o poder de compra não só não irá diminuir mas irá mesmo, assim o esperamos, aumentar. Será a primeira vez que isso sucede, desde o 25 de Abril. Os comentadores políticos certamente que o terão em conta e esperam, mas o País continua a viver normalmente, independentemente dos discursos do 25 de Abril. É justo, adequado e conveniente que o 25 de Abril seja comemorado, tanto militar como civilmente.

FSC — Elas resultam claramente dos programas dos dois Governos. O de Mota Pinto foi uma tentativa, a meu ver, errada de evitar eleições, que eram já então a única solução. Viu-se forçado a governar sem maioria, a fazer a mera gestão do sistema. Encaminhou-se para um anticomunismo verbal, sem poder introduzir reformas que a sociedade portuguesa e uma política nacional aconselhassem...

«DN» — Uma diferença que resulta é a da preocupação do equilíbrio orçamental evidenciado pelo Governo Mota Pinto...

FSC — É um princípio salutar que deverá ser atingido a prazo, como resultado do próprio Orçamento do Governo Mota Pinto.

O meu Governo enunciou claramente que trabalharia para uma redução do défice real. É isso que consta do Orçamento. O défice apresentado no Orçamento entregue à Assembleia da República é menor do que o do ano passado, em termos reais. Ou seja, que se tomássemos os montantes das verbas do ano passado e lhe fássemos acrescer as quantias correspondentes à inflação de 24 por cento, teríamos quantias substancialmente maiores do que aquelas que constam deste Orçamento.

É curioso — ao contrário do que tem sido dito — terem sido os Governos da segunda metade de 1978 e do ano de 79 os detentores das melhores condições económicas e financeiras para fazer uma política positiva de relançamento da economia, de relançamento do consumo privado e de redistribuição de rendimentos. Não o fizeram. E este Governo desenvolve agora a sua actuação em situações económicas e financeiras de crise generalizada, de crise internacional em constante agravamento e com perspectivas muito preocupantes. Mesmo assim, aquilo que já conseguisti, o que vai conseguir, como consta do Orçamento e do Plano, é inédito em Portugal. Pela primeira vez o poder de compra não só não irá diminuir, como prometemos ao eleitorado, mas irá mesmo, assim o esperamos, aumentar. Será a primeira vez que isso sucede, desde o 25 de Abril. Tal é um imperativo de justiça social que, apesar das circunstâncias económicas adversas — basta pensar na duplicação do preço do petróleo, no aumento internacional das taxas de juro, na recessão que se avizinha —, estou convicto de que será realizado pelo Governo.

O discurso de 25 de Abril

«DN» — Quem tenha prestado atenção às mensagens dos meios de Comunicação Social nos últimos dias, fica com a sensação de que o País está de novo à espera do discurso de 25 de Abril do Presidente da República. Será isso um indicio de fragilidade da actual situação política? A Aliança Democrática tencionada, de alguma maneira, antecipar-se a esse discurso?

O Governo Mota Pinto

«DN» — Quais seriam as diferenças que se poderiam estabelecer entre o Governo da Aliança Democrática, a que preside, e o Governo Mota Pinto?

FSC — Seguímos o nosso caminho sem nos determinarmos pela iminência dos discursos, mesmo importantes como são sempre os discursos presidenciais, nem pela aproximação de datas relevantes como é a do 25 de Abril.

Não creio, no entanto, que o País esteja suspenso do discurso de 25 de Abril. Os comentadores políticos, certamente que o terão em conta...



«Uma revisão profunda dos princípios e métodos da lei eleitoral só é possível após a revisão constitucional»

e o esperam, mas o País continua a viver normalmente, independentemente dos discursos do 25 de Abril. Este ano, mais do que em nenhum outro, isso é palpável. Não há ansiedade política, nem em relação ao discurso presidencial do 25 de Abril. Não há perturbação política: as coisas, apesar das dificuldades, das tensões sociais e de algumas greves, seguem com toda a normalidade. Isso é também fruto não só da existência da maioria mas da actuação do próprio Governo. Ao contrário do que sucedia nos anos anteriores, é de Governo e da maioria, muito mais do que do Presidente da República, que depende a política do País. Daí a menor importância relativa que este ano tem o discurso presidencial.

«DN» — Tem fundamento as notícias de que não estará presente, na cerimónia comemorativa do 25 de Abril a realizar na Assembleia da República?

FSC — Não tem o menor fundamento. Trata-se de mera fantasia jornalística, cuja intenção desconheço. Sempre tencionei ir, como é natural, a essa como a outras comemorações do 25 de Abril.

«DN» — Considera positivas as comemorações do 25 de Abril a efectuar nos quartéis? Não receia um crescendo de agitação laboral, com a aproximação do sexto aniversário da Revolução?

FSC — Não receio o tal crescendo de agitação laboral e nada tenho a opor às comemorações militares do 25 de Abril, que não são da alçada do Governo. É justo, adequado e conveniente que o 25 de Abril seja comemorado, tanto militar como civilmente. O Governo tem a sua própria ideia das comemorações do 25 de Abril que vai efectuar nomeadamente durante essa semana. Entendemos que a melhor maneira de comemorar a data que nos veio restituir a liberdade e abrir o caminho da democracia e da justiça social é precisamente apresentar e desenvolver medidas concretas, que satisfaçam os fundos anseios da justiça social dos Portugueses.

E por isso que mais do que com festas ou com discursos comemoraremos o 25 de Abril com medidas positivas de melhoria da situação e da vida das pessoas, especialmente das mais pobres e das mais carenciadas, medidas essas traduzidas em actos e não em palavras e promessas, que tantas vezes têm sido. Isso faremos na medida do possível, sem ter ilusões de que a difícil situação económica em que nos encontramos nos não permite ir tão longe como seria justo e necessário.

Estilo de governação

«DN» — Que estilo procura imprimir ao exercício do cargo de primeiro-ministro e à condução das reuniões do Conselho de Ministros?

FSC — Tenho privilegiado como primeiro-ministro o trabalho com os ministros, o exame dos "dossiers", o estudo das questões, mais do que uma actividade política externa com dispersão em audiências, em deslocações ou em entrevis-

tas. Tenho privilegiado o trabalho interno, pois creio que essa é uma das maiores responsabilidades de um primeiro-ministro e o que a situação do País me exige. Não me compete a mim julgar do meu trabalho na direcção do Governo. Creio que este Governo e os Conselhos de Ministros, designadamente, têm demonstrado capacidade, operacionalidade no seu trabalho e adequação das suas decisões às necessidades do País. Os Conselhos de Ministros são pouco prolongados, porque os assuntos já têm estudados e as decisões colectivas são tomadas desde espírito partidário, antes com sentido nacional que a todos é comum. As políticas sectoriais são sempre assumidas, como deve ser, como políticas do Governo, sejam elas do Trabalho, das Finanças ou de outros sectores. O Governo assume-se e actua como Governo de Portugal e não como o Governo dos partidos da Aliança Democrática. Estou satisfeito com a actuação desenvolvida, embora seja também exigente com o Governo e para comigo próprio quanto a uma cada vez maior resolução de problemas concretos, uma cada vez melhor actuação do Governo, uma cada vez maior responsabilidade pela condução da política interna e externa de Portugal. «DN» — Sendo o dr. Sá Carneiro um primeiro-ministro com uma imagem muito vinhada e interventora sob o ponto de vista político, consideraria possível a sua coexistência com um Presidente da República que tivesse características de liderança carismáticas as suas?

Políticas de acalmção

«DN» — Na Assembleia Regional dos Açores verificou-se um acordo entre os principais partidos do Arquipélago, desde o CDS ao PS, acerca das linhas mestras do Estatuto da Região. Seria possível reproduzir a nível nacional um entendimento desse tipo? Ou a Aliança Democrática, como se poderá deduzir das declarações de alguns dos seus dirigentes, já abandonou a sua proposta de acordo institucional com o PS?

FSC — Como resulta da deliberação do último Conselho Nacional do PSD, um acordo de regime entre o PS e a AD abrangendo portanto a revisão da Constituição e um candidato comum à Presidência é inviável. Foram os socialistas quem o inviabilizou e quem expressamente o rejeitou.

«DN» — Tem sido afirmado que a tensão existente entre o Presidente da República e o Governo se integraria numa estratégia da Aliança Democrática no sentido de manter uma dinâmica de oposição até às próximas eleições (neste caso de oposição a outro órgão de soberania). Que se lhe oferece dizer a este respeito?

FSC — Isso é totalmente infundado. Mostrámos, nestes meses passados, que sabemos ser Governo, que sabemos ser maioria, que, ao contrário de outras forças que estiveram no Governo, não temos necessidade de ser oposição à Oposição.

E por isso que, ao contrário dessas forças, exercemos de facto o Poder e não o ocupamos apenas, dirigindo-o contra a Oposição, nem contra outros órgãos de soberania, estamos a exercer o Poder que os eleitores nos confiaram com sentido nacional, em benefício do País, segundo as linhas e propostas que o eleitorado aprovou, e não praticamos de criar tensões. Não as criámos, nem elas nos seriam vantajosas, nem ao País. Temos procurado, pelo contrário, criar condições de estabilidade, de exercício pacífico do Poder em ordem a resolver os problemas concretos dos Portugueses.

Não quero com isto defender o que no passado foi defendido, designadamente pelo Partido Comunista, as políticas de acalmção ou os Governos de acalmção, que seriam, e foram, nocivos de conciliação permanente com o P.C. e que tiveram sempre mau resultado.

A responsabilidade nacional que o eleitorado nos confiou é a de actuarmos de harmonia com o nosso programa, com as nossas convicções, sem hostilizar ninguém, nem órgãos de soberania, nem forças políticas, mas não tendo também, que essas forças nos hostilizem.

Nesse aspecto não temos nada a temer, nem tememos. Destilam-se todos aqueles que pretendam intimidar o Governo ou a maioria.

Competirá ao eleitorado julgar-nos nas próximas eleições e aguardamos com toda a serenidade e confiança esse resultado, precisamente porque desenvolvemos uma política de Estado e não nos deixamos enredar nas pequenas questões, nas intrigas, nas tréguas políticas nem procuramos favorecer sectores, clientelas ou classes.

«DN» — Dos executivos posteriores ao 25 de Abril quis-



Sá Carneiro, tendo a seu lado Alberto João Jardim. «Os Conselhos de Ministros são pouco prolongados...»

os que inclui nessa categoria dos «governos de acalmção»?

FSC — Os Governos socialistas e o da Eng.º Pintasilgo. Uma política de conciliação permanente com o Partido Comunista e as forças a ele ligadas é uma política contrária ao interesse nacional, e que teve resultados, nocivos para o País e que dificultaram grandemente a nossa acção.

Distorção de princípios

«DN» — E da nomeação desse V Governo Constitucional que data, por assim dizer, a ruptura entre o PSD e o próprio Presidente da República. Como é que interpreta, após um governo como o de Mota Pinto, tenha sido convidado para primeiro-ministro uma personalidade com as características da Eng.º Lúrio Pintasilgo?

FSC — Não faço juízos de intenção, designadamente quanto ao Presidente da República. Procuro apenas interpretar os factos. Entendo, com a altura o Partido e eu próprio dissemos, que o atraso na marcação das eleições foi nocivo. Ela, podiam e deviam ter tido lugar muito antes com grande vantagem para o País e para o próprio regime democrático.

A escolha e actuação do Governo Mota Pinto vieram desencadear uma crise no grupo parlamentar do PSD que levou à sua cisão. Com isso julgava-se o partido ferido de morte, o que não era exacto. Mas criaram-se ao PSD grandes dificuldades, vencidas com grande esforço e militância. Dessa situação beneficiaram indirectamente o Partido Socialista e o Partido Comunista. Tentou-se mesmo constituir um novo partido, mais ou menos presidencial. Quando se tratou de preparar as eleições, foi o Governo Mota Pinto substituído pelo V Governo. Não considerámos, como na altura dissemos, o V Governo isento para preparar eleições. Não o foi, mas apesar disso,

ganhámos as eleições. Foram-nos criadas por esse Governo dificuldades adicionais. Esse Governo teve intervenção política durante a própria campanha eleitoral, designadamente através da sua primeiro-ministro.

A actuação desse Governo favoreceu, portanto, as forças que se opunham à Aliança Democrática, as mesmas que beneficiaram com as dificuldades criadas ao PSD quando do Governo Mota Pinto. Entendo mesmo que o Governo Pintasilgo, ao continuar a governar, não apenas durante a campanha eleitoral, mas depois de conhecidos os resultados eleitorais, legislando e tomando medidas de fundo ao longo de quase um mês, infringiu um princípio ético essencial da política. Em todos os países democráticos se não admite uma situação dessas. Este Governo teve de suportar todas as consequências dessa actividade, em meu entender ilegítima, que o Governo da Eng.º Pintasilgo desenvolveu depois do dia 2 de Dezembro, depois de serem conhecidos os resultados eleitorais. Os mais elementares princípios da ética política impunham que a partir de então fosse um mero Governo de gestão, se é que o não devia ser desde o momento em que começou campanha eleitoral.

Fundação Cuidar o Futuro



A nova sede do Governo, à Rua Gomes Teixeira. O primeiro-ministro: «Tenho privilegiado o trabalho interno.»

«DN» — Quem tenha prestado atenção às mensagens dos meios de Comunicação Social nos últimos dias, fica com a sensação de que o País está de novo à espera do discurso de 25 de Abril do Presidente da República. Será isso um indicio de fragilidade da actual situação política? A Aliança Democrática tencionada, de alguma maneira, antecipar-se a esse discurso?

O Governo Mota Pinto

«DN» — Quais seriam as diferenças que se poderiam estabelecer entre o Governo da Aliança Democrática, a que preside, e o Governo Mota Pinto?

FSC — Seguímos o nosso caminho sem nos determinarmos pela iminência dos discursos, mesmo importantes como são sempre os discursos presidenciais, nem pela aproximação de datas relevantes como é a do 25 de Abril.

Não creio, no entanto, que o País esteja suspenso do discurso de 25 de Abril. Os comentadores políticos, certamente que o terão em conta...